



CONGRESSO NACIONAL

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 680/14

REQUERIMENTO Nº , DE 2014
(Dos Srs. Rodrigo Maia e Onyx Lorenzoni)

Solicita a convocação do Sr. BRUNO FERREIRA, advogado do escritório da Petrobras em Brasília, a fim de prestar esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas pela Revista Veja nº 2385, de 6 agosto de 2014, de que haveria uma atuação indevida junto às comissões de inquérito em curso no Congresso Nacional – que apuram denúncias de corrupção na Petrobras S.A. – de forma a frustrar as investigações em curso, sendo convocado.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. **BRUNO FERREIRA**, advogado do escritório da Petrobras em Brasília, para prestar depoimento nesta *“CPMI criada com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”*

JUSTIFICAÇÃO

Não são recentes as matérias que vêm associando o nome da Petrobras a graves casos de má-gestão e a suspeitas de atos ilícitos cometidos por seus dirigentes.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 06 / 08 / 14
Às 15 40 horas.

Felipe Costa Geraldes
Técnico Legislativo
Matr. 229.869



A Petrobras – no passado – já foi a maior empresa do Brasil e da América Latina. No entanto, o debate mais recente é sobre a forte ingerência do Governo nas decisões estratégicas da empresa – nem sempre priorizando a gestão por competência e resultados – bem como, as graves denúncias de corrupção, trazidas pela mídia nacional e internacional, envolvendo os gestores da Empresa. Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em junho/2005, o então Deputado Roberto Jefferson já atribuía ser a Petrobras uma das “*joias da coroa*” para casos de loteamento de cargos e de atendimento a interesses diversos dos institucionais da petrolífera.

Em relação às gravíssimas denúncias de corrupção na Petrobras, nebulosos – e que necessitam de investigação profunda por este Parlamento – são os casos de aquisição de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal.

O último episódio, no entanto, que causou perplexidade a inúmeros membros que atuam tanto na CPI do Senado quanto nesta CPMI, foi a reportagem publicada pela Revista Veja, em 06 agosto 2014, que apresenta um possível vídeo de uma conversa entre funcionários do Senado Federal, do Palácio do Planalto e da Petrobras, com o objetivo de antecipar as perguntas que seriam feitas aos convocados pela CPI da Petrobras no Senado, com o intuito de convergir as respostas dos depoentes de forma a afastar qualquer hipótese de contradição ou resposta antagônica aos dos interesses dos investigados. Segundo o semanário:

(...) um trabalho sério, bem-intencionado, mas feito sobre um fundo falso, sobre um jogo combinado entre investigados e investigadores. (...) A montagem do alçapão destinado a tragar a CPI no Senado teve a participação de servidores graduados do Palácio do Planalto, da Petrobras, do PT e até do presidente de uma das mais combativas comissões parlamentares da história recente, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), (...). Barrocas (representante da Petrobras em Brasília)



revela no vídeo que até um 'gabarito' foi distribuído para impedir que houvesse contradições nos depoimentos. Um escárnio. Um teatro.

O momento mais clínico da farsa, descobre-se agora, se deu no depoimento de Cerveró. (...) Cerveró se tornou o principal motivo de apreensão do governo porque ameaçara desmentir a presidente diante dos parlamentares. Essa ameaça jamais se consumou. No vídeo, uma das falas de Barrocas desfaz o mistério: ele insistia em saber se estava tudo certo para que chegassem às mãos de Cerveró as perguntas que lhe seriam feitas na CPI. (...) 'Chamaram ele (Cerveró), deram um curso a ele, media training', declarou Barrocas. Em resposta, o participante da reunião não identificado pela reportagem lembrou que funcionários do departamento jurídico da Petrobras acompanharam o treinamento de Cerveró na véspera do depoimento.

"Paulo Argenta, assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Marcos Rogério de Souza, assessor da liderança do governo no Senado, e Carlos Hetzel, assessor da liderança do PT na Casa, são citados como peças-chave da tenebrosa transação. A eles coube fazer muitas das perguntas que alimentariam a cadeia de ilegalidades entre investigados e investigadores. Diz Barrocas: 'Eu perguntei quem é o autor dessas perguntas. Oitenta por cento é do Marcos Rogério. O Carlos Hetzel fez alguma coisa. O Argenta fez outras'. (...)

Barrocas diz em alto e bom som no vídeo que a estratégia de combinar as perguntas e as respostas já havia sido usada em 20 de maio, quando Gabrielli depôs na CPI da Petrobras no Senado. O relator da comissão, o petista José Pimentel (CE), a quem respondem Marcos Rogério e Carlos Hetzel, deu o gabarito a Gabrielli — isso mesmo, gabarito, o termo clássico que define um conjunto de respostas corretas a um conjunto de perguntas."

Já o Jornal Estado de São Paulo apurou em reportagem que a reunião onde o vídeo foi gravado ocorreu em sala de reuniões contígua à Presidência da Petrobras e contou, também, com a participação do advogado da empresa Bruno



CONGRESSO NACIONAL

Ferreira, além do Chefe do Departamento Jurídico da Petrobras em Brasília, Sr. Leonan Calderaro Filho.

Tal denúncia coloca sob suspeição todo o trabalho desenvolvido até o momento por esta CPMI. Há que se mencionar que já foi ouvida nesta Comissão Mista a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras, e que – coincidência ou não – praticamente as mesmas perguntas feitas a ela na CPI do Senado foram aqui repetidas pelo Relator desta Comissão, Deputado Marco Maia.

Assim, é imprescindível que este Plenário esclareça todos esses fatos narrados, a fim de que se afaste qualquer atitude que possa colocar – ou até já ter colocado – a lisura das investigações em xeque.

Por todo o exposto entendemos indispensável a oitiva do(a) Sr(a). Bruno Ferreira nesta CPMI, como forma de ouvir sua versão dos fatos, avaliar as provas que porventura ele pretenda apresentar, de forma a lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2014.


DEPUTADO RODRIGO MAIA
DEM/RJ

DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS